

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 588 - Brasília, segunda-feira, 17 de novembro de 1997



Numa semana de decisões importantes, o plenário apreciará, também, autorizações de crédito destinadas ao financiamento da educação profissional e ao ajuste fiscal de estados

## Congresso não faltará ao país, garante ACM

O Congresso Nacional dará ao governo e ao país "as condições para equilibrar a economia, agilizando as votações das medidas econômicas e das reformas constitucionais", garantiu sexta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Mas, prosseguiu, "essa disposição não significa que algo não possa mudar em relação à proposta original". **Página 5**

## Plenário vota FEF e Fundo de Terras

*Pauta inclui também resolução que visa reduzir endividamento de estados e municípios*

A proposta de emenda constitucional que prorroga até 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) deverá ser votada quarta-feira, em segundo turno, pelo plenário do Senado. Caso seja aprovada, a proposta, que garantirá ao Tesouro recursos calculados em R\$ 34 bilhões, será promulgada imediatamente pelas Mesas do Senado e da Câmara. Ainda na quarta-feira, os senadores votarão em plenário proposta que cria o Fundo de Terras, destinado a financiar pessoas interessadas em comprar uma área rural. Amanhã, o plenário poderá apreciar projeto de resolução que visa reduzir o endividamento de estados e municípios. **Página 3**

## Jefferson: crise só afetou economias não saneadas

Para o senador, crise das bolsas marcou a diferença entre economias saneadas e aquelas "que não fizeram o dever de casa". **Página 5**

## Violência e jogos, temas das comissões

Audiência pública na CCJ discutirá legalização de jogos de azar. CAS debaterá a segurança pública. **Págs. 3 e 4**



## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (18.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 25/97 - altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF); segundo dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; "Requerimento nº 927/97 - solicita a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as emendas de plenário apresentadas ao PLS nº 142/95 - tramita em conjunto com o PLS nº 143/95, por encontrar-se esgotado o prazo daquela comissão; "Projeto de Resolução nº 132/97 - autoriza o município de Linhares - ES, a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município; "Projeto de Resolução nº 143/97 - autoriza o estado do Rio Grande do Sul a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos, apurados em 28 de fevereiro de 1997; e "Projeto de Resolução nº 144/97 - autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao consórcio formado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, no valor equivalente a até oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta dólares norte-americanos e nove centavos, de principal, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Reparelhamento da Marinha brasileira

Quarta-feira (19.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 25/97 - altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidas pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; "PLS nº 25/97 - cria o Fundo de Terras; "PDL nº 8/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Jornais do Ceará S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, estado do Ceará; "PDL nº 9/97 - aprova o ato que renova a permissão da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu (Rádio Municipal de Quedas do Iguaçu) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná; "PDL nº 29/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, estado do Paraná; e "PDL nº 30/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Americana, estado de São Paulo

Quinta-feira (20.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente - Será dedicado a comemorar o Dia do Zumbi dos Palmares

Oradores inscritos: Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, José Roberto Arruda e Francelino Pereira

Pauta: "PLC nº 43/96 - que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados; e quarto dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho.

### COMISSÕES

Terça-feira (18.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública para instrução do "PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar

Participação dos ministros de Estado da Justiça, da Indústria, Comércio e Turismo, do Trabalho e da Fazenda; e também do senhor Ciro Batelli. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
Pauta: Apurar as denúncias contidas na reportagem da revista *Veja* do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: "Mensagem nº 179/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Bernardo Pericás Neto, ministro de primeira classe, do quadro permanente da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Paraguai; "Mensagem nº 178/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Helder Martins de Moraes, ministro de primeira classe, do quadro especial da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique; e "Mensagem nº 185/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Guilherme Fausto da Cunha Bastos, ministro de segunda classe, do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

9h às 18h - Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública

- Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública

Pauta: Conferência nacional sobre segurança pública - "Policia Cidadã: a segurança pública que o Brasil deseja"

9h - Palestra de abertura: Senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado Federal

9h30 - 1ª Paineis - "Um Novo Modelo de Segurança Pública"

Conferencista: ministro Iris Rezende - da Justiça

Debatedores: senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e Paulo Lopo Saraiva (conselheiro federal da OAB)

14h30 - 2ª Paineis - "O Policial e os Direitos Humanos"

Conferencista: deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE)

Debatedores: senador Ademar Andrade (PSB-PA) e deputado federal Luis Eduardo Greenhalg (PT-SP)

Auditoria Patrônio Portella

Quarta-feira (19.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 25/96, inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitórias, referente a plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 12/96, cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95, dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring

9h às 18h - Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública

- Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública

9h - Designação das comissões temáticas e leitura do Regimento Interno

9h30 - Início das quatro oficinas (salas individuais)

14h30 - Apresentação dos relatórios pelos coordenadores das comissões temáticas

15h30 - Sessão plenária (debates). Definição de um documento final

17h30 - Leitura da Carta de Brasília

18h - Coquetel de encerramento

## SFI, nova opção para a compra da casa própria

O Senado aprovou na semana passada um projeto considerado pela imprensa como importante para oferecer uma alternativa à classe média na compra da casa própria, reduzindo o déficit de 6 milhões de moradias no país. Os senadores votaram o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), que vai complementar o atual Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no financiamento de imóveis.

O novo Projeto aprovado pelo Senado visa reduzir déficit de moradias. Relator foi Fernando Bezerra

usar o FGTS para abater parte do saldo devedor do financiamento (não da prestação). Ao relatar o projeto, o senador Fernando Bezerra destacou que os bancos que emprestarem dentro do SFI poderão depois lançar no mercado papéis chamados de CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários, os quais serão vendidos no mercado secundário (onde se negociam títulos de terceiros). O atual SFH tem como fonte de financiamento recursos depositados em cadernetas de poupança e em FGTS. O novo SFI bancará tanto a construção quanto a reforma ou ampliação de imóveis residenciais, comerciais e até industriais.

(elevadas após a rápida queda das bolsas de valores do exterior e do país). O projeto do SFI, relatado pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), prevê que as taxas de juros serão negociadas entre o agente financeiro e o mutuário, assim como o prazo do empréstimo. Também não há limite no valor do financiamento. O mutuário poderá (assim como no SFH) usar o FGTS para abater parte do saldo devedor do financiamento (não da prestação).

Essa possibilidade de se reaver o imóvel com rapidez, conforme as autoridades econômicas, vai atrair recursos para o setor habitacional assim que caírem as taxas de juros

### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade



*Agenda da semana prevê ainda apreciação do Fundo de Terras, de mecanismo para reduzir o endividamento de estados e municípios e de autorização de empréstimo a Programa de Reforma da Educação Profissional*

## Prorrogação do FEF terá votação final na quarta-feira

O plenário deverá votar nesta quarta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que prorroga até 31 de dezembro de 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Se aprovada, a emenda será promulgada imediatamente pelas Mesas do Senado e da Câmara, permitindo a formação de um fundo, calculado em R\$ 34 bilhões, destinado a financiar projetos de investimentos federais, principalmente em educação e saúde. O projeto, relatado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado em primeiro turno no último dia 5.

Ainda nesta quarta, os senadores votarão em plenário o projeto do senador Esper-



Calheiros: relator do FEF

dião Amin (PPB-SC), que cria o Fundo de Terras, destinado a financiar pessoas interessadas em comprar uma área rural. O pagamento será feito em 15 anos e a primeira prestação vencerá ao final do terceiro ano.

O projeto original prevê que



Amin: autor do Fundo de Terras

a terra a ser comprada não pode ter mais que 30 hectares. A proposta, no entanto, recebeu substitutivos na CAE e na CCJ, os quais fixam o tamanho da terra em um módulo rural, o qual varia de região para região - o menor é de dois hectares e o maior de 120. Os

substitutivos foram apresentados pelos senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Amanhã, o plenário deverá votar projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos que pretende obrigar os estados a destinarem 75% do dinheiro obtido com a privatização ao pagamento de dívidas estaduais. A proposta foi aprovada na semana passada pela CAE.

Também na sessão desta terça, os senadores apreciarão um pedido do governo federal para tomar emprestado do Banco Interamericano de Desenvolvimento US\$ 250 milhões, que serão aplicados no financiamento do Programa de Reforma da Educação Profis-

sional. Na mesma sessão, o plenário votará projeto que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a transferir para a CEF, com aval da União e dentro do programa de ajuste fiscal dos estados, R\$ 139 milhões de dívidas com várias instituições financeiras.

Ainda entre os projetos que o plenário apreciará nesta semana encontra-se uma proposta, oriunda da Câmara, que obriga a menção dos nomes dos dubladores de filmes. Na quinta-feira, a primeira hora da sessão será destinada a homenagear o Dia do Zumbi dos Palmares, a requerimento encabeçado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

### Lamarca, de Sérgio Rezende, é o filme na 4ª

*Lamarca*, de Sérgio Rezende, é o filme desta quarta-feira, como parte do programa *Cultura ao Meio-Dia*, promovido pela Subsecretaria Relações Públicas do Senado, que consiste na exibição cinematográfica todas as quartas, no Auditório Petrólio Portela.

O filme conta a história de Carlos Lamarca, um brilhante oficial do Exército que em 1969 desertou levando um carregamento de armas e engajou-se na luta armada, tornando-se um mito para a esquerda, um demônio para a direita e um traidor imperdoável para o Exército.

O ator Paulo Betti tem o papel principal, como Lamarca; Deborah Evelyn interpreta a esposa, Marina; e Carla Camurati é Clara/Iara, a amante de Lamarca nos tempos da clandestinidade. Atuam ainda no filme os atores José de Abreu, como o Major, e Eliezer de Almeida, como Zequinha.

A exibição será ao meio-dia, com entrada franca.

### Jucá condena ação da PF contra garimpeiros

O senador Romero Jucá (PFL-RR) condenou sexta-feira o "tratamento desumano" a que estão sujeitos os garimpeiros retirados pela Funai e pela Polícia Federal da área reservada aos índios Yanomâmi. E criticou o fato de a Câmara dos Deputados demorar na votação de projeto de sua autoria que prevê um desenvolvimento sustentado para aquela região como "uma solução inteligente" para o problema da invasão de terras indígenas para a mineração.

- Meu protesto é, primeiro, contra o tratamento dado aos garimpeiros; segundo, contra a ausência de um modelo de desenvolvimento que evite a invasão de áreas indígenas; e, terceiro, contra a lentidão da Câmara dos Deputados, que posterga uma decisão que poderia encerrar esse tipo de conflito - esclareceu.

Romero Jucá explicou

que seu projeto é articulado, tem o apoio do governo e a assinatura dos líderes partidários para ser votado imediatamente. Ele pediu ao presidente da Câmara e às lideranças do governo naquela Casa que apressem essa votação, visto que a iniciativa, em sua opinião, é de fundamental importância para consolidar uma política indigenista. "O projeto depende apenas da aprovação da Câmara para que o presidente da República o sancione", lembrou.

Ele lamentou que a recente operação de retirada de garimpeiros da área Yanomâmi tenha repetido "maus-tratos indignos" contra muitos homens que se entregaram à polícia voluntariamente. "Eles invadem área indígena, descumprindo a legislação, mas nem por isso merecem ser maltratados. E tudo isso é falta de um modelo auto-sustentado para a região".

### Audiência pública na CCJ debate legalização de jogos com presença de ministros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), promoverá a partir das 10h de amanhã audiência pública visando instruir o projeto de lei que dispõe

sobre a legalização da prática de jogos de azar. O debate contará com a participação dos ministros da Justiça, do Trabalho, da Fazenda, e da Indústria, Comércio e do Turismo, e ainda o empresário Ciro Batelli.

### Plebiscito sobre voto facultativo está na pauta

A CCJ se reunirá na quarta-feira, às 10h, quando deverá deliberar sobre diversas matérias, entre as quais a Proposta de Emenda Constitucional nº 25/96, que "inclui o artigo 74 no Ato das Disposições Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extin-

ção do voto obrigatório e o acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos". Constam ainda da pauta duas outras propostas: a que trata da criação de tribunais regionais federais, e a que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring.

Relatório de senador amplia benefícios aos associados e exclui a possibilidade de empresas estrangeiras entrarem no mercado

## CAS examina na quarta parecer de Rocha sobre planos de saúde

O relatório do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que trata de seguros e planos de saúde terá a discussão iniciada na quarta-feira, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O parecer é contrário a 12 dispositivos da proposição e suprime parcialmente outros 12, já que, pelo Regimento, a Casa não pode alterar livremente o substitutivo, cabendo-lhe apenas rejeitá-lo, aprová-lo ou promover supressões.

Uma das mudanças propostas por Sebastião Rocha visa assegurar que os planos de saúde forneçam medicamentos importados, caso sejam necessários no tratamento ambulatorial ou domiciliar. Conforme as alterações propostas, os planos também deverão oferecer cobertura a transplantados de órgãos e próteses. O relatório suprime o prazo de dois anos para a cobertura de doenças preexistentes ao contrato.

O parecer pretende garantir carência máxima de seis meses para todos os procedimentos, inclusive partos (no substitutivo da Câmara o prazo é de 10 meses, nesse caso). Também acaba com o limite de idade para a cobertura de despesas do acompanhante na internação hospitalar, pois, segundo o senador, os pacientes idosos e graves precisam de companhia tanto quanto os menores de 18 anos.

O relatório de Sebastião Rocha exclui a possibilidade de empresas estrangeiras participarem dos planos e segu-

ros assistenciais de saúde. Ele argumenta que o capital estrangeiro produziria um processo de cartelização do sistema ao invés de concorrência eficaz para baixar custos.

O texto do relator suprime a parte do substitutivo que exclui procedimentos de alta complexidade nas internações hospitalares dos beneficiários dos planos de saúde, que são obrigados ainda a cobertura no atendimento de qualquer caso de urgência. A proposta também acaba com o prazo de carência para atendimentos de urgência e emergência.



Sebastião Rocha quer carência máxima de seis meses

Boaventura: sofrimento do povo elevado ao "inadmissível"



## Boaventura rejeita o substitutivo por privilegiar empresas

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) defendeu a rejeição do substitutivo da Câmara que regulamenta os planos e seguros de saúde, com o argumento de que a "matéria tem o propósito de criar uma legislação destinada às empresas do setor, tornando o negócio tão próspero, que logo poderá ser transferido ao capital internacional".

- Em detrimento da segurança ambicionada pelos empresários da saúde, cabe-nos optar por um povo cuja capacidade de sofrimento está elevada ao inadmissível - disse.

Conforme o senador, o

texto aprovado na Câmara legaliza a exclusão de doenças, o aumento das mensalidades por mudança de faixa etária, o conceito de doenças ou lesões preexistentes e um plano mínimo de doenças a serem escolhidas pelo usuário, "como se fosse possível alguém adivinhar que doenças poderá ter no futuro".

Albino Boaventura destacou artigo de autoria do deputado José Aristodemo Pinotti, sob o título "O novo modelo de saúde" publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, no qual ele afirma que "o governo se despe da responsabilidade de assistir a classe média e o trabalhador".

## Conferência nacional discute a "Polícia Cidadã"

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública, promove amanhã, às 9h, no auditório Petrônio Portela, a Primeira Conferência Nacional sobre "Polícia Cidadã: a segurança pública que o Brasil deseja". O evento se encerrará na quarta-feira e a palestra de abertura será proferida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado Federal.

O primeiro painel, a partir das 9h30, - "Um novo modelo de Segurança Pública" -

terá como conferencista o ministro da Justiça, Iris Rezende, e como debatedores, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e o conselheiro federal da OAB, Paulo Lopo Saraiva.

O segundo painel - "O policial e os direitos humanos" - reunirá, a partir das 14h30, o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), como conferencista, e como debatedores, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da CAS, e o deputado Luis Eduardo Greenhalg (PT-SP).

CPI

A CPI do Trabalho Infantil, presidida por Marluce Pin-

to (PMDB-RR), deverá se reunir na terça-feira (dia 18), às 17h, para tratar do relatório preliminar e discutir a prorrogação dos trabalhos da comissão.

A Comissão de Relações Exteriores, presidida por José Sarney (PMDB-AP), também se reunirá amanhã, às 17h30, para apreciar diversas mensagens do presidente da República, entre as quais a que indica o nome do diplomata Bernardo Pericás Neto para embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.



Presidente do Senado defende alternativas em relação ao aumento do IR e confirma para hoje o início da tramitação das propostas que integram o pacote de medidas do governo contra a crise financeira internacional

## ACM garante: Congresso não faltará ao país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu sexta-feira que o Congresso Nacional dará "ao governo e ao país as condições para equilibrar sua economia, agilizando as votações das medidas econômicas e das reformas constitucionais". Ele ressaltou, no entanto, que essa disposição não implica "que algo não possa mudar, em relação à proposta original".

Em encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na tarde de quinta-feira última, ao lado do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, Antonio Carlos Magalhães reafirmou sua oposição ao aumento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

O senador fez questão de alinhar, durante o encontro, "algumas alternativas possíveis para buscar esses recursos, como um aumento na alíquota

dos produtos importados". Ele destacou que "o presidente da República é um democrata e recebeu bem a diferença de posição". Conforme disse, Fernando Henrique reafirmou estar aberto a alternativas efetivas e viáveis, "que sejam melhores que as propostas do governo".

Antonio Carlos Magalhães reiterou que "o Congresso não faltará ao país" e confirmou para hoje o início da tra-

mitação das propostas legislativas que integram o pacote de medidas do governo contra a crise financeira internacional. O senador avaliou, ainda, que as relações políticas do Congresso com o governo continuam boas, independentemente das eventuais divergências sobre um ou outro ponto do ajuste econômico.



ACM: relações com governo são boas



Deputados mineiros e autoridades municipais reuniram-se sexta-feira no gabinete de Júnia Marise

## Júnia luta por recursos para recuperar Lagoa da Pampulha

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que lutará pela aprovação de pedido de autorização, ainda a ser encaminhado à Casa, para que a prefeitura de Belo Horizonte possa contratar empréstimo externo visando à realização de obras de saneamento da Lagoa da Pampulha, na capital mineira.

Para a segunda vice-presidente do Senado, além do embelezamento de um dos principais pontos turísticos de Belo Horizonte, as obras de dessassoreamento a serem realizadas na lagoa propiciarão melhor qualidade de vida à população de baixa renda da capital.

Júnia se reuniu pela manhã, em seu gabinete, com os deputados federais Armando Costa (PMDB-MG), Otávio Elísio (PSDB-MG) e Maria Elvira (PMDB-MG), o secre-

tário municipal de Meio-Ambiente, Paulo Lott, o superintendente de Desenvolvimento da Capital, Antônio Caixeta, e a administradora regional da Pampulha, Cristina Rodrigues. Os deputados Eliseu Rezende (PFL-MG), Sandra Starling (PT-MG) e Hugo Rodrigues (PFL-MG) não puderam comparecer ao encontro, mas fizeram questão de telefonar, manifestando apoio total ao pleito.

A senadora disse que depois de concluído o processo burocrático em torno do pedido de empréstimo, pedirá ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que acelere o processo para a liberação do financiamento. "A previsão é que esse pedido de empréstimo chegue ao Senado em quatro meses," assinalou.

O custo das obras é de US\$

90 milhões, devendo a prefeitura de Belo Horizonte entrar com 30 milhões de dólares, enquanto os outros 60 milhões de dólares serão obtidos mediante financiamento junto à Overseas Economic Corporation Foundation (OECF), organização governamental japonesa de financiamento de projetos de recuperação ambiental. A previsão para o término das obras é de cinco anos.

Segundo o secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte, a Lagoa da Pampulha foi o primeiro grande projeto de Oscar Niemeyer e Bule Marx, e depois de 40 anos se acha deteriorada. Hoje, a lagoa encontra-se com 30% de assoreamento e sem vida. "Esse investimento conta com apoio de toda a sociedade de Belo Horizonte", acrescentou.

## Crise afeta só quem não saneou economia, diz Jefferson Péres

Jefferson Péres (PSDB-AM) disse sexta-feira que a propagação da crise das bolsas não marcou diferenças entre Primeiro e Segundo Mundo, mas entre economias saneadas e aquelas "que não fizeram a lição de casa". No Leste Asiático, Tailândia, Malásia e Indonésia estão com sérios problemas estruturais, e, na América Latina, Brasil, México e Argentina ainda não conseguiram equilibrar suas economias, observou.

- Tem passado despercebido que o Chile não sentiu a crise e que, se a bolsa chilena oscila como as dos Estados Unidos e Europa, sua economia não está ameaçada porque, de todos os países latino-americanos, é a que tem fundamentos mais sólidos - acrescentou.

Jefferson destacou que esse é o teor da avaliação feita por Allan Greenspan em pronunciamento perante a Comissão Bancária e Financeira da Câmara de Representantes americana. Com a credencial de ter antecipado que as bolsas estavam com uma "exuberância irracional", disse o senador, Greenspan as-

segurou que os Estados Unidos não serão afetados e que a crise só se propagará naquelas economias que não têm bases sólidas.

As condições da economia chilena, conforme Jefferson, são as seguintes: fez seu ajuste macroeconômico no começo da década de 80, conseguiu alongar a dívida pública, "que está sendo paga tranquilamente e sem ônus para os chilenos", e registra um crescimento do PIB de 6% ao ano nos últimos 18 anos. Sem paridade, a moeda chilena oscila livremente em relação ao dólar e, apesar de ser uma das economias mais abertas, a balança comercial

obtem superávits seguidos, afirmou.

- O Chile não precisa dramaticamente da poupança externa, pois não tem desequilíbrio em suas contas e, graças à reforma da previdência, elevou a poupança interna para cerca de 30% do PIB, a mais alta da América Latina - frisou.

Além desses fatores, Jefferson também ressaltou que o Chile praticamente completou seu processo de privatização, mantendo nas mãos do governo apenas a estatal de cobre, pelo peso que ela tem nas exportações chilenas.



Jefferson: saída chilena

## Otoniel: PMDB precisa se abrir a alianças em 98

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) esclareceu que é favorável ao apoio à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrando a proximidade da convenção nacional do PMDB que decidirá a conduta do partido em relação à sucessão presidencial de 1998. "O PMDB não pode ter preconceitos em relação à política de alianças", disse.

Otoniel defendeu a urgência de uma profunda reestruturação interna no PMDB que crie as condições necessárias para preparar, com antecedência, um candidato competitivo à Presidência da República em 2002. Preocupado com os resultados das primeiras prévias eleitorais, ele alertou seu partido para que não repita o comportamento das últimas disputas presidenciais, lembrando que, em 1994, o partido sequer alcançou 5% dos votos apurados.

Apesar de reconhecer que, por causa das divergências internas em relação ao poder central, o PMDB perdeu quadros no Congresso, o senador acre-



Otoniel: PMDB sem preconceito

dita que o partido manterá a unidade: "O PMDB continua firme e forte, representando o verdadeiro sentimento brasileiro", garantiu.

- Optamos pela aliança. Queremos que o presidente incorpore ao projeto da reeleição as teses programáticas defendidas pelo PMDB. A prioridade continua sendo a alocação de um maior volume de investimentos para programas sociais. O partido pretende ainda participar do núcleo central da futura campanha e considera apropriado que não exista interferência nos estados onde aliados disputem os governos - concluiu.

O senador disse que os partidos de oposição crescem a cada pleito, conquistando espaços, e têm chances de eleger o presidente em 98

## Ademir acha que as esquerdas nunca foram tão maduras

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse sexta-feira que não houve, em nenhuma época da História do país, um amadurecimento dos partidos de esquerda no Brasil como agora. Na sua opinião, a cada eleição que se realiza a esquerda aumenta a sua representatividade e, no ano que vem, os partidos de oposição poderão conquistar a Presidência da República.

- Não é verdadeira essa história de que a esquerda está desunida, desorientada ou sem propostas. O importante é mostrar ao Brasil que esses partidos têm história, base política, militância, entrosamento com a sociedade e uma história de luta junto ao povo brasileiro e que estarão juntos em torno de uma mesma candidatura à Presidência da República, não importando o nome indicado - afirmou.



Ademir: união é inédita

Ele ressaltou o amadurecimento do PT, manifestado, segundo explicou, na atitude de Luiz Inácio Lula da Silva em não impor seu nome à candidatura a presidente. "É preciso elaborar um programa de governo e, no momento certo, haveremos de indicar o nome do candidato das oposições ao povo brasileiro", salientou.

De acordo com Ademir Andrade, em vários estados brasileiros a unidade das esquerdas vem sendo consolidada, o

que "antes parecia impossível". Conforme frisou, está ocorrendo essa união em Sergipe, Alagoas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

O senador destacou ainda manifesto, assinado por cinco partidos de esquerda do Pará (PSB, PT, PC do B, PPS e PV), onde é defendida uma candidatura única das oposições ao governo estadual no ano que vem. No documento, os partidos criticam as privatizações promovidas pelo governador Almir Gabriel e a violência na luta pela posse de terra no estado.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou seu otimismo em relação à união das esquerdas para a candidatura presidencial e para governos estaduais.

## Suassuna conta "causos" nas Quintas Culturais

O projeto "Quintas Culturais", promovido pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, lançou a série *Causos Políticos*, inaugurada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). "Eu caricaturei um pouco a realidade de uma campanha política, e falei, por exemplo, da vida política dos 'Estados Unidos da Paraíba', onde se fala de política 24 horas por dia", disse.

O senador contou, entre outras coisas, que ao longo de sua carreira, juntamente com outros políticos, já dis-

tribuiu milhares de dentaduras e até vestido de noiva: "Vestido de noiva era apenas um, e era muito complicado quando a noivinha já aparecia em estado interessante".

Subir em palanque, segundo Suassuna, é outra complicação porque em política há "bons e maus oradores". Disse que o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), por exemplo, "fala tão bem que deve ficar sempre por último, e depois ninguém vai querer falar e nem terá o que dizer".

Ele foi bastante aplaudido pelos presentes, entre os quais os senadores Bello Parga (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Bernardo Cabral (PFL-AM) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). Segundo Bernardo Cabral, "o Ney transformou 'Causos Políticos' em políticos de causos". Isso, na opinião de Suassuna, "é um enigma tão complicado quanto ganhar eleição".



Suassuna: causos políticos

## Dutra anuncia união das oposições em Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou sexta-feira que os partidos de oposição em Sergipe - PT, PSB, PC do B e PMDB - resolveram unir-se e lançar uma candidatura única ao governo do estado. A decisão foi adotada em reunião na última quinta-feira.

- As oposições vão sair unificadas para as eleições de 1998 - garantiu.

Ele informou que existem candidaturas "legitimamente colocadas" - a do ex-prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, pelo PMDB, e a do senador Antonio Carlos Valadares, pelo PSB. Mas observou que a decisão dos quatro partidos políticos foi a de "iniciar um processo de convergência que deverá culminar, em abril, na definição de um candidato de oposição", com o desprendimento dos que já

lançaram suas candidaturas.

Para isso, segundo Dutra, os partidos contratarão um instituto de pesquisa a fim de avaliar qual o nome preferido pelo eleitorado - se o de Valadares, o de Barreto ou o do candidato do PT, a ser escolhido no próximo dia 22 em reunião do diretório regional. O resultado da pesquisa será um dos critérios para a definição do nome. O anúncio do candidato das oposições, revelou o senador petista, será feito numa data emblemática: 21 de abril.

José Eduardo Dutra informou ainda que, a partir de 5 de dezembro, o PT, o PSB, o PMDB e o PC do B realizarão atos políticos unitários, inicialmente na capital sergipana e depois nos municípios do interior, convocando a população a "cerrar fileiras" em torno da oposição.

- Acreditamos que o quadro



Dutra: Sergipe parte na frente

político em Sergipe está maduro para que as oposições derrubem as oligarquias que governam há anos o estado - frisou.

Na avaliação de Dutra, a população sergipana tinha a expectativa de um governo moderno e eficiente, e decepcionou-se com a gestão de Albano Franco.

- A unidade da oposição sergipana vai garantir nossa vitória em 98 - concluiu.

Senador apóia manifestação de chanceler brasileiro em favor de uma reforma que fortaleça o Conselho de Segurança e a ONU

## Gilvam elogia equipe do Brasil nas Nações Unidas

O trabalho desenvolvido pelos diplomatas da missão brasileira junto às Nações Unidas, sob a liderança do embaixador Celso Amorim, foi destacado sexta-feira pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ao comentar os esforços da delegação em defesa dos interesses nacionais em todas as comissões daquele organismo internacional. Ele elogiou ainda o empenho dos diplomatas que acompanharam os parlamentares brasileiros durante a 52ª Assembleia Geral da ONU, realizada recentemente.

Gilvam também manifestou apoio ao desejo do governo brasileiro de tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O senador citou declarações do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, segundo as quais o Brasil tem apoiado "uma reforma voltada



Gilvam: diplomatas se empenharam na 52ª Assembleia Geral da ONU

a fortalecer o conselho e as Nações Unidas como um todo, e não a contemplar o interesse individual de um ou outro país". De acordo com o senador, o ministro defendeu também a ampliação do conselho.

Gilvam Borges apoiou ainda as medidas que o governo pretende adotar visando coibir e suprimir o tráfico de armas, "que sustenta o crime organizado e alimenta a violência urbana". Ele mencionou dois projetos de lei nesse sentido, um em tramitação

na Câmara dos Deputados e outro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

- Esses dois projetos estão perfeitamente sintonizados com as discussões que figuram na ordem do dia da comunidade internacional, que exige um controle efetivo do tráfico de armamentos e o combate ao crime organizado, isto é, aquele que desconhece as fronteiras políticas dos Estados e que se dedica à prática de crimes de grande potencial lesivo para a sociedade - frisou

## Campos propõe política ampla e arrojada no turismo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a adoção de "políticas amplas e arrojadas" para desenvolver as atividades da indústria do turismo do país. Segundo o senador, o país precisa melhorar a infra-estrutura, aumentar os investimentos e diminuir os custos internos, além de vender no exterior uma imagem correta do Brasil "com respeito e com orgulho". Ele disse que a experiência em querer mostrar o bizarro "já provou que, na prática, só contribuiu para nos desmoralizar".

Depois de citar dados demonstrando o crescente déficit da chamada conta-turismo, que teria chegado a 3,6 bilhões de dólares negativos, o senador afirmou que o fraco desempenho do turismo brasileiro deve-se a problemas estruturais, e não a questões conjunturais, "como pen-



Campos: problemas são estruturais e não conjunturais na indústria do turismo

sam alguns dirigentes da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)".

- Enquanto não atacarmos os graves problemas estruturais que temos em matéria de qualidade de vida, não teremos as mínimas condições de disputar com dignidade uma fatia importante dos bilhões de dólares que circulam anualmente no mercado turístico internacional - assinalou.

Júlio Campos considera um equívoco a Embratur excluir pacotes turísticos internacio-

nais do sistema de consórcios, sob a alegação que o fraco desempenho desse mercado no país deve-se "ao grande fluxo de vôos internacionais".

O senador também desaprovou a redução para US\$ 300,00 no limite de isenção de compras realizadas em *duty free shops*, afirmando que, nesse caso, a metade da receita das vendas fica no Brasil, ao contrário do que ocorre com compras efetuadas no exterior, cujo limite permaneceu em US\$ 500,00.

## Alcântara ressalta a importância de açude contra seca no Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o plano de desenvolvimento do Açude Público Roberto Costa, localizado no rio Trussu, município de Iguatu, Ceará, dizendo ser ele um dos instrumentos de combate a um mal muito antigo: a seca nordestina.

O açude, conforme o senador, abastece uma população de 43 mil habitantes, seu potencial de área irrigável por suas águas é de quatro mil hectares, gera mais de 7 mil empregos permanentes e possibilita uma produção de pescado da ordem de 309 toneladas, beneficiando 190 famílias.

Alcântara destacou também a realização do Seminário de Planejamento do Açude Público Roberto Costa - Trussu,



Alcântara: elogios ao plano

ocorrido em duas etapas: novembro de 96 e fevereiro deste ano, ambas em Iguatu. O seminário teve por objetivo a elaboração de um planejamento participativo em torno do açude, levando-se em conta os diversos interesses quanto ao uso e ao aproveitamento racional do rio Trussu.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sobre o projeto de lei para combater o crime organizado (inédito)
- 7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a dra. Elisa Gonçalves (Procon/DF) sobre a regulamentação dos planos de saúde (reapresentação)
- 10h - Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais de 13/nov. - sobre planos de saúde (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça de 11/nov. - sobre factoring
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Resumo da semana
- 1h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e Fernando Rezende (Ipea) sobre mercado de trabalho futuro (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- Em seguida - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30



No segundo volume que escreveu abordando o tema, o senador se debruçou sobre leis estaduais, cinco meses depois de haver discorrido sobre a Amazônia na primeira obra

## Cabral lança livro sobre legislação das águas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou o lançamento ontem, em Vitória, do livro *Legislação Estadual de Recursos Hídricos*, segundo da série *Cadernos Legislativos*. Um trabalho sobre os recursos hídricos na região amazônica também foi publicado por Cabral, há cinco meses, pela série *Estudos*. O lançamento foi realizado durante simpósio promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos.

Ele lembrou que no primeiro volume da obra fez questão de que constasse, por questões pedagógicas, todo o processo legislativo



Cabral: livro lançado em Vitória, no fim de semana

que levou à aprovação da Lei 9.433/97, estabelecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, "para que o grande público" possa ter um melhor entendimento do caderno que

está lançando.

Ele também levou ao conhecimento do plenário que recebeu do professor Arnaldo Setti, seu assessor técnico que foi representante na Conferência Internacional de Recursos Hídricos em Grande Escala, realiza-

da em Kathmandu, no Nepal, em outubro, a notícia de que o presidente da Associação Internacional de Recursos Hídricos, professor Glenn Stout, da Universidade de Illinois (EUA), citou a lei brasileira como exemplo de legislação em nível mundial nesta área.

Registrou, ainda, a visita que recebeu, em seu gabinete, do professor Miguel Solanes, jurista de recursos hídricos da Cepal/ONU, que pretende obter subsídios legislativos visando atender à demanda por legislação feita por diversos países vinculados à Organização das Nações Unidas.



Simon: atenção ao jovem

## Pedro Simon cria Ano do Adolescente

Projeto apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) institui o Ano Nacional do Adolescente, a ser comemorado no período de 22 de setembro de 1998 a 22 de setembro de 1999. A proposição também cria o Dia Nacional do Adolescente, a ser comemorado, anualmente, naquela data.

O senador esclarece que a medida proposta tem o objetivo de "despertar a nação para a importância de seus jovens", que carecem de atenção especial por encontrar-se na "idade crítica, quando se dá a transição entre a fase descompromissada da infância e a idade da responsabilidade do adulto". Conforme o projeto, o Executivo favorecerá a instalação, em cada município, dos Centros do Adolescente, espaço destinado a congregar atividades e pessoas interessadas em favorecer a cidadania dos jovens, bem como a implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, previstos no estatuto respectivo. O Ano Nacional do Adolescente, segundo a proposição, será marcado, em todas as partes do país, pela realização de eventos cuja finalidade se relacione, direta ou indiretamente, "com o bem-estar dos adolescentes".

## Prodasen comemora jubileu

Com a celebração de uma missa e apresentação do Coral do Senado, o Centro de Informática e Processamento de Dados da Casa (Prodasen) comemorou o 25º aniversário da sua criação, na quinta-feira passada. A solenidade contou com a presença do primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), do diretor-geral, Agaciél Maia, e do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, além de outros diretores.

A diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres, falando na ocasião, disse que o órgão poderá, em breve, oferecer novos avanços tecnológicos, como o reconhecimento de voz e outros produtos da multimídia que já se encontram em uso nos Estados Unidos. Ela informou que o Prodasen conta hoje com mais de dois mil microcomputadores e a rede do Senado, com três mil pontos.

## A vez de Roraima no Orçamento

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou sexta-feira um acordo para que os integrantes da bancada de Roraima na Câmara e no Senado apresentem 10 emendas coletivas à proposta de lei orçamentária da União para 1998, já que, segundo disse, a Comissão Mista de Orçamento admitiu que o estado ainda pode formular essas iniciativas.

- Que possamos, acima das disputas, entregar essa relação assinada - disse o senador, lamentando que, no último dia 21, dois parlamentares do seu estado tenham retirado as assinaturas que permitiriam que Roraima só tivesse emendas coletivas ao Orçamento.

A solução apresentada por Jucá configura três emendas para cada "grupo político" de seu esta-



Jucá: assinaturas retiradas podem inviabilizar as emendas

do - no total de nove emendas - e uma geral, garantindo recursos para a Universidade Federal de Roraima, "que é um órgão acima dessas questões partidárias locais".

O primeiro grupo político fica com a destinação de recursos para projetos de saneamento e drenagem no interior e saneamento básico em pequenas localidades do estado. O segundo carrega recursos do Orçamento

para a BR-174, ampliação do Hospital Coronel Mota, em Boa Vista, e ações de saneamento básico em municípios de Roraima.

Ao terceiro grupo ficam destinadas emendas fixando recursos para a modernização e qualificação do ensino superior.

E aos três grupos de parlamentares ficou definida uma emenda beneficiando a Universidade Federal de Roraima.